

CASAMENTO E MIGRAÇÃO: UMA ANÁLISE DIFERENCIAL DE COMPORTAMENTOS ENTRE NATURAIS E MIGRANTES RESIDENTES NA CIDADE

Rui Leandro MAIA *

0. Introdução

Há todo um capital teórico em torno da questão da mobilidade que as Ciências Sociais, com ênfase para a Sociologia e a Economia, têm explorado e redescoberto desde o século XIX com as teses liberais e, principalmente, com a visão marxista, e que, no quadro da presente reflexão, aqui introdutoriamente iremos chamar, ainda que de forma muito breve!

Este texto é produto de uma investigação mais vasta que se vem desenvolvendo há cerca de dois anos e mais não pretende do que expor alguns resultados empíricos e, em sequência, fazer as respectivas interpretações em torno da questão da mobilidade geográfica de zonas periféricas da cidade ou a ela distantes num período específico de trinta anos, entre 1940 e 1969. Quando justamente se fez sentir sobremaneira as diferenças entre o urbano e o rural, entre o litoral e o interior, diferenças que deram impulso a um forte e incessante êxodo rural, ora com destino primordial aos grandes centros urbanos (sobretudo nos anos quarenta, quando as saídas para o estrangeiro praticamente eram inexistentes), ora com a emigração maciça que os anos sessenta conheceram no seu máximo.

Razões predominantemente económicas e de sobrevivência induziram este êxodo dos espaços interiorizadas para as grandes cidades, em configuração bicéfala, e respectivas áreas envolventes: Lisboa e, a alguma distância, o Porto. A componente laboral, traduzida na busca de uma oportunidade de vida fora do espaço periférico e ruralizado, foi o móvel para o crescimento urbano. De modo que, por consequência, há uma frequente associação em estudos do género entre mobilidade geográfica e mobilidade ocupacional e, bem assim, mobilidade geográfica e mobilidade social.

A cidade é um espaço de recepção e acolhimento de pessoas que nela permanecem por diferentes razões, permanecem e criam raízes com o tempo: raízes culturais, sociais, económicas. Numa visão simplista, talvez fossemos levados a admitir que este "recrutamento" de gente de outros espaço para a cidade acontece simplesmente pelo facto da população urbana não ser, em cada momento, suficiente para "alimentar" as suas próprias necessidades funcionais, isto é, não garantir o número de pessoas necessárias ao desenvolvimento das actividades existentes e que, cumulativamente, se vão recriando e complexificando. E, se assim pensarmos, tudo poderá ser equacionado segundo uma lógica de mercado, em regime de oferta e de procura: o migrante em fase de extensão das actividades é mais facilmente integrado na cidade, tanto em termos ocupacionais como sociais; em fase de contenção, o processo é inverso, tornando-se a sua força de trabalho dispensável, pelo menos parcialmente, e, dessa forma, as vantagens da vinda para a cidade serão nulas ou muito menores. A realidade será, no entanto, um pouco mais complexa e

não cabe, embora não a exclua de todo, numa qualquer explicação simplista do tipo neoliberal².

Mais do que qualquer outro espaço, onde residem naturais e migrantes, a cidade contempla desempregados, subempregados e miséria; por isso, é também o espaço de maior desordem e anomia sociais, mau grado af existirem e predominarem os símbolos da ordem e do poder. A sociologia marxista, já atrás referida, fez acentuar sobremaneira o papel negativo da cidade, enquanto espaço económico e social de referência do capital. Chamou a atenção para as duras condições de vida de todos aqueles que para aí afluíam, na senda do desenvolvimento do "capitalismo industrial". Descreveu a cidade como uma espécie de espaço estratégico do burguês capitalista e usurpador da "mais-valia" aos famintos camponeses que para ela corriam em busca de trabalho e tecto, ainda que nas mais duras e miseráveis condições. A cidade é vista como o espaço da diferença que, de forma unilateral, tem poder chamativo sobre os de fora; e não, em interacção, como um jogo de forças entre espaços e agentes. Fornece, por isso, uma visão redutora do problema. Como sublinha M. Roncayolo: "A análise marxista actual aponta, em parte, nesta direcção. É um tema já presente no pensamento utópico - depois retomado por Marx -, o que associa as desigualdades sociais à divisão cidade/campo." (1986: 397).

A adesão à cidade, a instalação dos migrantes que aí passam a trabalhar e a residir, é, na perspectiva de uma análise sociológica, um processo complexo, resultado de um conjunto vasto de factores que se podem agregar em torno de duas forças ora dominantes cada uma por si, ora complementares: uma, a atractividade que o espaço urbano exerce sobre os migrantes, por via da oferta de ocupações e, por isso, ainda que meramente pelo imaginário, pela garantia de um melhor nível de vida (consubstanciada, por exemplo, na existência de escolas, centros de saúde, espaços de lazer); outra, correspondente à natural repulsão a que o espaço originário induz pela inexistência das necessárias e desejadas condições de vida. Posta a questão nestes termos, a cidade aparece como um espaço de complemento entre os desejos dos que a procuram e os interesses dos que nela estão instalados. A desigualdade de ofertas a que os espaços estão sujeitos, o de origem e a cidade, numa relação paradoxal, promove um certo equilíbrio: aqueles que abandonam o espaço de origem fazem-no na busca de uma melhor situação sócio-económica; e aqueles que na cidade interagem com os que migram fazem-no, ainda que de forma inconsciente, com o objectivo de obterem trabalho submisso e menos oneroso do que se empregassem naturais do espaço urbano, tanto mais que estes últimos por força de condicionantes sociais rareiam para certo tipo de tarefas. Os migrantes, muitos deles sem qualquer possibilidade de digna ocupação nas terras de origem, encontram na cidade "cama, mesa e roupa lavada", com complemento de uma parca mesada; a seu contento, os empregadores usufruem de mão-de-obra submissa que não quer regressar à miséria camponesa e, sobretudo, barata, alimentando, assim, a competitividade das suas economias, quer sejam familiares ou empresariais, pequenas ou grandes. Realidade tantas vezes perceptível em relação às muitas criadas de servir, aos operários, ou aos empregados de pequenos negócios como cafés e restaurantes. A cidade usufrui abundantemente de uma força de trabalho que não ajudou a criar nem educou, permitindo-se, num processo social "subterrâneo" de difícil constatação, guardar posições de maior vantagem para os seus naturais, para aqueles que estão de há muito, pelo menos há duas ou três gerações, a ela ligados e cujos laços de sociabilidade e solidariedade constituem uma marca manifesta da dominância económica e social sobre os migrantes³.

1. Uma observação das diferenças ao momento do casamento

Limitaremos aqui a análise e reflexão a um espaço da cidade do Porto, a paróquia do Bonfim, e à exploração dos seus registos de casamento. O tratamento sistemático destes documentos permitiu revelar "regularidades sociais"⁴ consoante a origem dos residentes naquele espaço, regularidades essas que induzem à existência de "padrões de vida" diferenciados entre naturais e migrantes⁵.

Se consultamos as estatísticas oficiais é difícil perceber, nalguns casos mesmo de todo impossível, se existem comportamentos diferenciados entre grupos sociais, quer diferenciados pela origem económico-social, quer pela origem geográfica, quer pela inclusão ou distância em relação a alguns requisitos como os educacionais ou religiosos. A natureza da informação, necessariamente pouco pormenorizada⁶, pode efectivamente, como acontece, registar comportamentos distintos entre espaços, do tipo idades ao casamento mais precoces ou mais tardias num espaço por relação a outros ou a taxa de divórcio enquanto comportamento eminentemente urbano. Contudo, em cada um desses espaços, nada sabemos acerca dos "grupos sociais" que casam mais cedo ou que mais se divorciam, usando os exemplos anteriores. Quer-se com isto afirmar que o estudo dos comportamentos sociais está associado a diferentes escalas de observação e, como tal, a verificação de determinadas hipóteses de trabalho só se pode efectuar mediante microanálise e, neste caso, com recurso a cruzamento de fontes que permitam o detalhe necessário ao apuramento pretendido⁷.

Pois bem: as fontes atestam esses comportamentos diferenciados, "regularidades sociais". A começar pelas idades médias ao primeiro casamento que, quase invariavelmente, se apresentam superiores para os migrantes. As diferenças são claramente expressas, sobretudo no sexo feminino (v. fig. 1, 2, 3, e 4)⁸.

Este acesso mais tardio ao matrimónio que os números e as figuras evidenciam ajuda a perceber melhor o porquê das diferenças de fecundidade entre espaços urbanos e rurais neste período, se levarmos em conta que a ele não corresponde, de forma globalizante, a adopção da contracepção. Esta idade mais tardia ao casamento feminino explica assim, ainda que parcialmente, um menor número médio de filhos por mulher em período fértil, aquilo a que se chama taxa de fecundidade e a que as estatísticas oficiais aludem. Facto tanto mais relevante se lhes associarmos a cumulativa urbanização feita à custa do êxodo rural e que, em paralelo, foi sendo seguida pelo abaixamento da dita taxa de fecundidade⁹.

A chegada mais tardia ao mercado de trabalho ou, já no exercício de uma ocupação na cidade, a menor capacidade para a obtenção de autonomia financeira, tanto das mulheres como dos homens, ajudam a perceber por que é que os migrantes casam mais tarde do que os naturais e, desse modo, por que é que as mulheres que vêm para a cidade têm em média menos filhos do que as suas conterrâneas.

A observação sistemática das idades médias ao primeiro casamento tornou também evidente que, de uma maneira geral, tanto homens como mulheres naturais da cidade, quando casam com conterrâneos, o fazem mais precocemente do que quando casam com migrantes (fig. 5 e 6).

Assim também, no caso dos homens migrantes, o casamento acontece mais cedo quando efectuado com uma mulher da cidade do que quando efectuado com uma conterrânea e/ou migrante (fig. 7); no caso das mulheres este tipo de relação, embora se possa verificar, já não é tão evidente (fig. 8).

Homens e mulheres da cidade casam, por conseguinte, e de uma maneira geral, mais cedo se o fizerem entre si, tal é a clareza dos números. E esta diferença constante e mais ou menos marcada das idades médias ao primeiro casamento continua a estar presente quando cruzamos, para os naturais e migrantes, idades com ocupações desempenhadas ao momento do consórcio. Apesar da dificuldade e, diríamos mesmo, do risco de fazermos associações conducentes à constituição de grupos ocupacionais, os dados induzem a tal constatação. Mesmo quando fazemos comparações que comportam alguma ambiguidade, como a ocupação de doméstica (uma vez que, neste caso particular, os registos não permitem distinguir quando estamos em presença de alguém que trabalha para outrém ou que apenas faz as lides da sua própria casa), é nítida essa diferença de comportamentos.

A ocupação que se exerce também não parece ser alheia ao tipo de casamento efectuado, de modo que, usando a expressão de A. Girard, "os casamentos não se fazem ao acaso"¹⁰. Entre naturais e migrantes, há diferenças relativamente regulares em alguns grupos ocupacionais. Encontramos alguma sustentação nò que se disse através da diferença absoluta e relativa, por exemplo, no grupo das indústrias transformadoras que é dominado por homens casados com conterrâneas; o mesmo se passa em relação às mulheres (quadros I e II).

Muitas das unidades de produção locais são de pequena dimensão e de carácter familiar, facto que, por consequência, ajuda a explicar a maior capacidade dos naturais arranjam emprego nessas áreas. Além do mais, os naturais têm também uma maior capacidade de relacionamento social, que lhes advém da pertença mais ou menos ancestral à comunidade, condição importante para este tipo de solidariedades promotoras de ocupações ou, de outra forma, promotoras de certo tipo de ocupações eventualmente mais raras e de mais fácil e melhor condição.

2. Uma nota final

Os dados que aqui apresentamos permitem dizer, sem grandes reservas, que há diferenças de comportamento ao momento do casamento entre os residentes na cidade, naturais e migrantes. Efectivamente, são notórias as maiores idades médias ao primeiro casamento para os migrantes, sobretudo no caso das mulheres; e parece evidente que ao tipo de união que se institui não é alheia a ocupação exercida. Se pensarmos a mobilidade geográfica em associação com a mobilidade social, como atrás aludimos ser apanágio nas Ciências Sociais, estes dados permitem perceber que as condições materiais de que dispõem os migrantes ao início do casamento (indispensáveis a constituir vida autónoma), quando já se encontram a trabalhar na cidade (e muitos desde praticamente o nascimento, dado que vieram com os pais), são diferentes e menos vantajosas do que aquelas de que globalmente dispõem os naturais. Pelo menos à data do matrimónio não é indiferente ser-se natural ou migrante no espaço urbano; não se detêm exactamente idênticas formas de ocupação e as mesmas decorrem, em parte, da condição das pessoas com quem se estabelece o matrimónio, ou naturais ou migrantes.

Bibliografia

- BANDEIRA, M. L. (1996), *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM.
- ELIAS, Norbet and SCOTSON, John L. (1994) [1 ed. 1965], *The established and the outsiders*. London: Sage Publications.
- FIRMINO DA COSTA, António (1992), *O que é Sociologia*. Lisboa: Difusão Cultural.
- GAUDEMAR, Jean-Paul (1977), *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa.
- GIRARD, Alin (1981) [1 ed. 1964], *Le choix du conjoint. Une enquête psycho-sociologique en France*. Paris: Press Universitaires de France.
- MAIA, Rui Leandro (1998), "Percurso de vida: reconstrução simultânea por testemunhos escritos e orais (o exemplo dos que se instalam na cidade)", in *Metodologias qualitativas para as Ciências Sociais* (A. J. Esteves e J. Azevedo eds.). Porto: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da U.P.: 99-105.
- RONCAYOLO, Marcel (1986), "Cidade", in *Enciclopédia Einaudi*, 8, *Região*. Lisboa: INCM: 396-487.

¹ Universidade Fernando Pessoa.

¹ A obra de J. P. Gaudemar (1977), que aborda o conceito de mobilidade na sua acepção mais vasta - mobilidade espacial, ocupacional e social -, é um exemplo do capital teórico referido, uma vez que faz um intrusão pelas teses liberal, neoliberal e marxista.

² Criticando a fundamentação da maior parte dos estudos de carácter económico sobre esta matéria, J. P. Gaudemar refere: "Assim, os modelos empíricos e hipótese de mobilidade perfeita do trabalho, não são mais do que aspectos da batalha pela validade dos fundamentos do modo neo-clássico de equilíbrio geral, as notas à margem de um texto já escrito, operam como os maquinistas obscuros mas indispensáveis de um teatro." (1977: 70).

³ Num interessante estudo sobre as relações sociais e a repartição entre naturais e migrantes num espaço semi-urbano, N. Elias e J. L. Scotson expõem um conjunto de comportamentos diferenciados, em que, a par de outros aspectos, é evidente a vantagem dos primeiros sobre os segundos: "All groups distinguished from others by their rank and their social functions became hereditary groups which, in principle if not always in practice, were inaccessible to those not born into them." (1994: XLVIII).

⁴ Toma-se aqui emprestada a expressão usada por A. Firmino da Costa (1992: 29-38), equivalente ao que E. Durkheim designou por "facto social" e que traduz, com permanência no tempo, a interacção entre dois comportamentos sociais.

⁵ Fez-se um levantamento sistemático dos actos de casamento (de três em três registos), constituindo-se, assim, uma amostra de 3198 casamentos, com um total de 17580 indivíduos (incluindo naturalmente progenitores dos conjugues), que aqui muito parcialmente usamos.

⁶ Os censos e as estatísticas demográficas não fazem este tipo de cruzamentos.

⁷ Aliás, numa escala de observação micro, como noutra ocasião chamamos a atenção (cf. Maia, 1998), não só é necessário o recurso a fontes cuja origem é diversa daquela para a qual foram criadas, como também se toma da maior importância o cruzamentos entre fontes, com ênfase para as nominativas. Tal procedimento, além de permitir auscultar "regularidades sociais" a partir dos dados quantificáveis, permite também explicar muitos dos motivos dessas "regularidades sociais", pela via qualitativa, com recurso a entrevistas, por via da reconstrução de biografias de importância substantiva para o objecto de estudo.

⁸ Para uma análise dicotómica entre naturais e migrantes residentes no espaço urbano, agregamos os casamentos segundo quatro diferentes tipos. Assim, os casamentos Tipo 1 são aqueles em que ambos os conjugues são naturais da cidade, os Tipo 2 aqueles em que ambos os conjugues são migrantes; os Tipo 3 aqueles em que o conjugue homem é migrante e o conjugue mulher é natural da cidade, os Tipo 4 aqueles em que o conjugue homem é natural da cidade e o conjugue mulher é migrante. Quando consideramos naturais e migrantes contabilizamos todos aqueles que são residentes na cidade ao acto de casamento, independentemente da naturalidade e residência dos outros conjugues.

⁹ Para o início dos anos quarenta M. L. Bandeira faz a mesma constatação: "A análise dos indicadores de fecundidade de 1940-1941 põe em evidência, no entanto, um aspecto que, sendo teoricamente pertinente, não sobressai na análise das taxas brutas: a menor fecundidade dos distritos mais urbanizados do país (Lisboa e Porto). De facto, nestes distritos registam-se em 1940-1941 os índices mais baixos e foi também neles que a descida da fecundidade na década de 1930 foi mais forte. Isto parece comprovar que, no contexto das sociedades arcaicas de dominante rural, é nos meios urbanos que o desenvolvimento de dinâmicas de ruptura e de modernização dos comportamentos em matéria de procriação encontra condições mais favoráveis." (1996: 225).

¹⁰ No prefácio à segunda edição da obra aqui referida, A. Girard, a propósito de uma inquérito realizado em 1952 sobre a escolha do conjugue, aludindo às questões de mobilidade e ao crescimento urbano, refere: "La répartition changeante de la population et la croissance des agglomérations urbaines, la mobilité géographique accrue, les occasions le plus fréquentes de rapprochement entre les jeunes des deux sexes, et leur plus grande liberté de relations ne font pas que les individus peuvent choisir leur conjoint au hasard. Les possibilités de choix sont en réalité étroitement limitées." (1981: XVI).

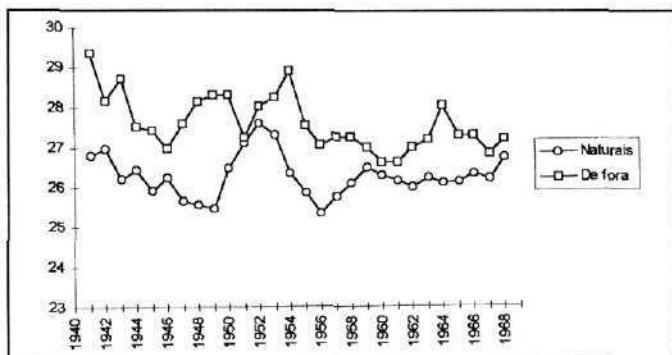


Fig. 1 - Idade média ao primeiro casamento de homens residentes na cidade, segundo a sua origem geográfica: 1940-1946 (médias móveis de três anos)

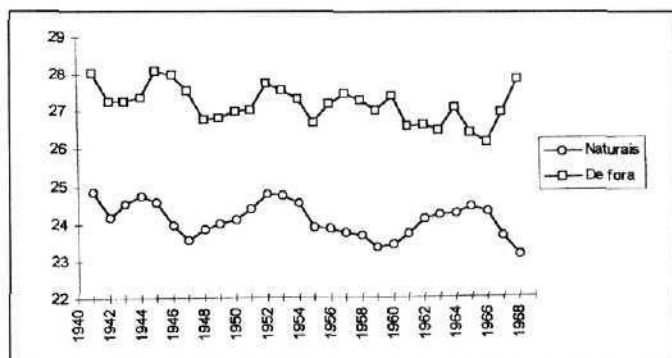


Fig. 2 - Idade média ao primeiro casamento de mulheres residentes na cidade, segundo a sua origem geográfica: 1940-1969 (médias móveis de três anos)

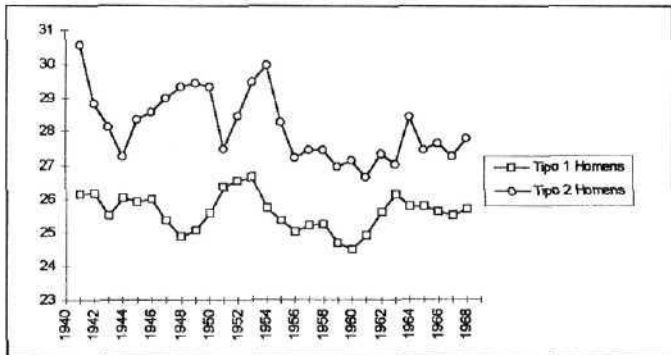


Fig. 3 - Idade média ao primeiro casamento dos homens residentes na cidade, segundo tipo de união (médias móveis de três anos)

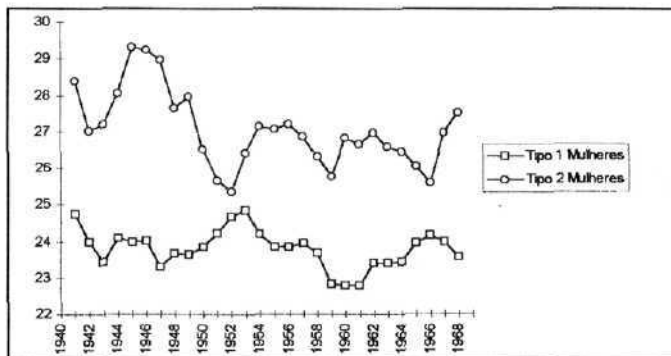


Fig. 4 - Idade média ao primeiro casamento das mulheres residentes na cidade, segundo tipo de união (médias móveis de três anos)

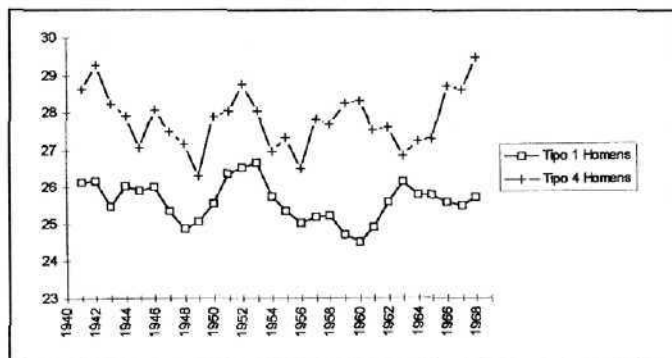


Fig. 5 - Idade média ao primeiro casamento dos homens residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

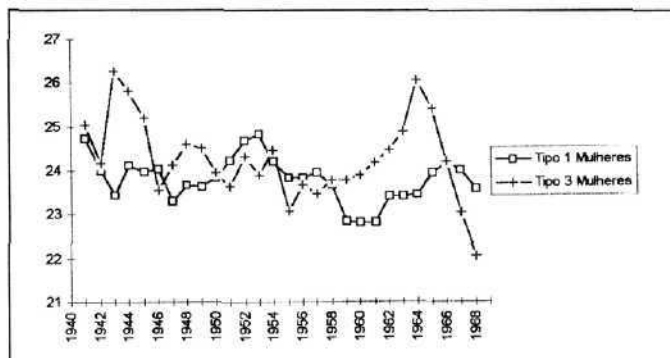


Fig. 6 - Idade média ao primeiro casamento das mulheres residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

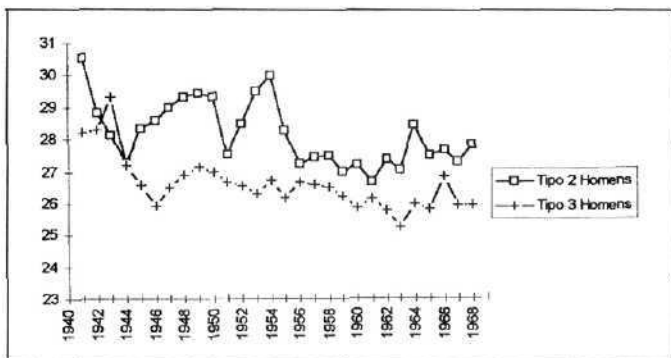


Fig. 7 - Idade média ao primeiro casamento dos homens residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

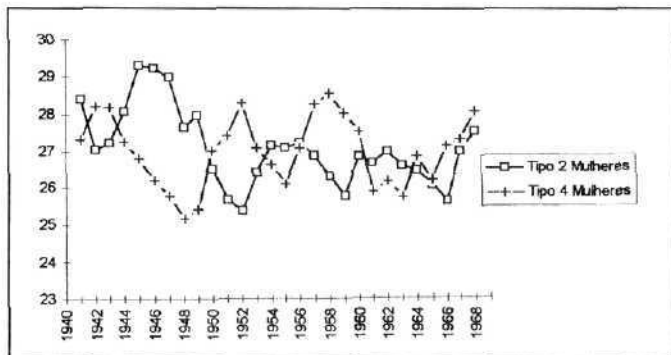


Fig. 8 - Idade média ao primeiro casamento das mulheres residentes na cidade, segundo o tipo de união (médias móveis de três anos)

Quadro I
Distribuição dos grupos ocupacionais masculinos, segundo o tipo de casamento
(tipos 1, 2, 3 e 4) (números absolutos)

Grupos ocupacionais	1940-1949				1950-1959				1960-1969				Total			
	Tipos				Tipos				Tipos				Tipos			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Agricultura, silvicultura e pecuária	0	5	1	2	0	3	2	1	0	4	1	0	0	12	4	3
Pesca	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Indústrias extractivas	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Indústrias transformadores	138	33	34	48	139	27	29	54	76	33	23	33	353	93	86	135
Profissões da construção e obras públicas	13	4	1	2	15	0	4	4	1	1	1	0	29	5	6	6
Profissões dos transportes e das comunicações	10	9	6	4	1	10	6	10	6	9	3	5	17	28	15	19
Profissões de carácter intelectual e de direcção	3	10	2	3	8	7	7	6	5	1	4	3	16	18	13	12
Profissões relativas ao comércio ou à condução, fiscalização execução de serviços	127	76	99	52	115	77	91	49	80	46	40	38	322	199	230	139
Profissões relativas aos serviços pessoais e outros	6	9	7	4	3	8	6	3	2	7	2	1	11	24	15	8
Profissões mal definidas ou ignoradas	78	43	25	43	73	44	29	38	54	48	24	37	205	135	78	118
Total	376	190	176	158	354	176	175	165	224	149	98	117	954	515	449	440

Quadro II
Distribuição dos grupos ocupacionais femininos, segundo o tipo de casamento
(tipos 1, 2, 3 e 4) (números absolutos)

Grupos ocupacionais	1940-1949				1950-1959				1960-1969				Total			
	Tipos				Tipos				Tipos				Tipos			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Agricultura, silvicultura e pecuária	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Indústrias transformadores	96	10	29	17	67	5	23	13	48	4	18	6	211	19	70	36
Profissões dos transportes e das comunicações	0	0	0	0	3	1	0	0	1	2	0	0	4	3	0	0
Profissões de carácter intelectual e de direcção	2	2	2	1	5	3	2	2	2	1	4	0	9	6	8	3
Profissões relativas ao comércio ou à condução, fiscalização execução de serviços	18	4	16	3	18	7	8	6	21	11	10	12	57	22	34	21
Profissões mal definidas ou ignoradas	259	174	129	137	261	159	142	144	153	132	66	97	673	465	337	378
Total	375	190	176	158	354	176	175	165	225	150	98	115	954	516	449	438

ANEXO I (valores de suporte às fig. I e 2)
Idade média ao primeiro casamento de todos os residentes na cidade

Anos	Residentes		Naturais		De fora		Naturais		De fora		M2 - M1
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	H - M	H - M	H2 - H1		
1940	28,9	27,6	27,2	25,7	30,7	29,6	1,5	1,1	3,5	1,9	
1941	27,1	25,7	27,1	24,5	27,0	27,0	2,7	0,0	-0,1	2,6	
1942	28,3	26,0	26,1	24,4	30,4	27,5	1,7	2,9	4,3	3,1	
1943	27,3	25,5	27,6	23,7	27,0	27,2	3,9	-0,2	-0,6	3,5	
1944	26,8	26,3	24,9	23,5	28,7	27,1	-0,6	1,6	3,8	1,5	
1945	26,8	26,5	26,7	25,1	26,8	27,9	1,7	-1,0	0,1	2,8	
1946	26,4	26,2	26,1	23,1	26,7	29,3	3,0	-2,6	0,6	6,2	
1947	26,7	25,2	25,9	23,7	27,4	26,7	2,2	0,7	1,4	3,0	
1948	26,8	25,2	24,9	23,8	28,6	26,6	1,1	2,0	3,7	2,8	
1949	27,1	25,5	25,8	24,0	28,4	27,0	1,8	1,4	2,6	3,0	
1950	26,8	25,5	25,7	24,2	27,9	26,8	1,5	1,1	2,3	2,6	
1951	28,2	25,7	27,9	24,2	28,5	27,2	3,7	1,3	0,6	3,0	
1952	26,4	25,9	27,7	24,8	25,2	27,0	2,9	-1,8	-2,4	2,3	
1953	28,7	27,2	27,1	25,4	30,3	29,0	1,7	1,3	3,2	3,6	
1954	28,1	25,3	27,1	24,0	29,2	26,6	3,1	2,6	2,1	2,6	
1955	25,9	25,2	24,8	24,1	27,1	26,3	0,7	0,8	2,3	2,2	
1956	26,0	25,3	25,7	23,5	26,2	27,0	2,2	-0,8	0,5	3,5	
1957	26,7	26,0	25,5	23,9	27,8	28,1	1,6	-0,3	2,3	4,2	
1958	26,9	25,5	26,0	23,7	27,7	27,2	2,3	0,5	1,7	3,4	
1959	26,4	24,9	26,7	23,4	26,2	26,5	3,4	-0,3	-0,5	3,1	
1960	26,8	25,1	26,6	23,0	27,0	27,3	3,7	-0,3	0,3	4,4	
1961	26,1	26,1	25,5	23,9	26,6	28,3	1,6	-1,7	1,1	4,4	
1962	26,2	24,1	26,3	24,3	26,2	24,0	2,0	2,2	-0,1	-0,3	
1963	27,1	25,8	26,1	24,1	28,0	27,4	2,0	0,6	1,9	3,3	
1964	26,8	26,0	26,2	24,2	27,3	27,9	2,0	-0,6	1,1	3,7	
1965	27,3	25,1	25,9	24,3	28,7	25,8	1,5	2,9	2,9	1,5	
1966	26,0	25,0	26,3	24,7	25,7	25,4	1,6	0,3	-0,6	0,7	
1967	27,1	25,5	26,8	23,8	27,4	27,2	3,1	0,2	0,6	3,4	
1968	26,4	25,4	25,5	22,5	27,3	28,2	3,0	-0,9	1,9	5,7	
1969	27,3	25,6	27,8	23,1	26,7	28,0	4,7	-1,3	-1,1	4,9	

Fonte: Registo Paroquial do Bonfim.

ANEXO II (valores de suporte às fig. 1 a 8)

Idade média ao primeiro casamento dos residentes na cidade, segundo o tipo de união

Anos	Tipo 1		Tipo 2		Tipo 1		Tipo 2	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	H - M	H - M	H2 - H1	M2 - M1
1940	26,7	25,6	31,5	31,4	1,1	0,1	4,8	5,8
1941	26,7	25,2	30,0	26,5	1,5	3,5	3,3	1,3
1942	25,0	23,4	30,1	27,3	1,6	2,8	5,1	3,9
1943	26,8	23,4	26,4	27,3	3,4	-0,9	-0,4	3,9
1944	24,7	23,5	27,9	27,0	1,2	0,9	3,2	3,5
1945	26,6	25,4	27,5	29,9	1,2	-2,4	0,9	4,5
1946	26,4	23,0	29,6	31,0	3,4	-1,4	3,2	8,0
1947	25,0	23,7	28,6	26,8	1,3	1,8	3,6	3,1
1948	24,7	23,2	28,8	29,1	1,5	-0,3	4,1	5,9
1949	24,9	24,1	30,6	27,0	0,8	3,6	5,7	2,9
1950	25,6	23,6	28,9	27,7	2,0	1,2	3,3	4,1
1951	26,2	23,8	28,4	24,8	2,4	3,6	2,2	1,0
1952	27,3	25,3	25,2	24,5	2,0	0,7	-2,1	-0,8
1953	26,1	24,9	31,8	26,8	1,2	5,0	5,7	1,9
1954	26,6	24,3	31,4	27,9	2,3	3,5	4,8	3,6
1955	24,5	23,4	26,7	26,7	1,1	0,0	2,2	3,3
1956	25,0	23,8	26,7	26,6	1,2	0,1	1,7	2,8
1957	25,6	24,3	28,3	28,3	1,3	0,0	2,7	4,0
1958	25,0	23,7	27,3	25,7	1,3	1,6	2,3	2,0
1959	25,1	23,0	26,8	24,9	2,1	1,9	1,7	1,9
1960	24,0	21,8	26,8	26,7	2,2	0,1	2,8	4,9
1961	24,4	23,6	27,9	28,9	0,8	-1,0	3,5	5,3
1962	26,3	23,0	25,3	24,3	3,3	1,0	-1,0	1,3
1963	26,1	23,6	28,8	27,7	2,5	1,1	2,7	4,1
1964	26,0	23,6	27,0	27,7	2,4	-0,7	1,0	4,1
1965	25,2	23,1	29,5	23,9	2,1	5,6	4,3	0,8
1966	26,1	25,1	25,9	26,5	1,0	-0,6	-0,2	1,4
1967	25,5	24,3	27,5	26,4	1,2	1,1	2,0	2,1
1968	24,9	22,6	28,4	28,0	2,3	0,4	3,5	5,4
1969	26,7	23,8	27,5	28,1	2,9	-0,6	0,8	4,3

Fonte: Registro Paroquial do Bonfim

ANEXO III (valores de suporte às fig. 5, 6, 7 e 8)
Idade média ao primeiro casamento dos residentes na cidade, segundo o tipo de união

Anos	Tipo 3 Homens	Tipo 3 Mulheres	Tipo 4 Homens	Tipo 4 Mulheres	Tipo 1 H - M	Tipo 1 H - M
1940	26,9	26,9	29,2	26,7	0,0	2,5
1941	25,3	22,7	28,6	27,5	2,6	1,1
1942	32,4	25,5	28,1	27,7	6,9	0,4
1943	27,2	24,3	31,1	29,4	2,9	1,7
1944	28,1	29,0	25,5	27,4	-0,7	-1,9
1945	26,1	24,1	27,1	24,9	2,0	2,2
1946	25,3	22,5	28,6	28,1	2,8	0,5
1947	26,3	24,0	28,5	25,5	2,3	3,0
1948	27,8	25,8	25,3	23,7	2,0	1,6
1949	26,6	24,0	27,7	26,3	2,6	1,4
1950	27,0	23,7	25,9	26,2	3,3	-0,3
1951	27,4	24,1	30,0	28,5	3,3	1,5
1952	25,6	23,1	28,2	27,4	2,5	0,8
1953	26,6	25,7	28,1	28,9	0,9	-0,8
1954	26,6	22,9	27,8	24,9	3,7	2,9
1955	26,9	24,8	25,0	26,0	2,1	-1,0
1956	25,0	21,5	29,2	27,3	3,5	1,9
1957	28,1	24,7	25,3	27,9	3,4	-2,6
1958	26,6	24,2	28,9	29,5	2,4	-0,6
1959	24,8	22,4	28,8	28,1	2,4	0,7
1960	27,2	24,7	27,0	26,4	2,5	0,6
1961	25,5	24,6	29,1	28,0	0,9	1,1
1962	25,7	23,2	26,4	23,2	2,5	3,2
1963	26,1	25,6	27,2	27,2	0,5	0,0
1964	23,9	25,8	26,9	26,8	-1,9	0,1
1965	27,9	26,7	27,6	26,5	1,2	1,1
1966	25,6	21,7	27,4	25,2	1,9	2,2
1967	26,9	22,2	31,1	29,6	4,7	1,5
1968	25,3	23,2	27,3	27,0	2,1	0,3
1969	25,5	20,7	29,9	27,5	4,8	2,4

Fonte: Registro Paroquial do Bonfim